



GIOVANNI
PACELLI



LUANA
CARVALHO



JACOBY
FERNANDES



PAULO
ALVES



ERIVAN
PEREIRA

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

ORDENADORES DE DESPESAS

APLICAÇÃO PRÁTICA DE CONHECIMENTOS PARA UMA
GESTÃO EFICIENTE DAS DESPESAS PÚBLICAS

📅 1, 2 E 3. SETEMBRO 📍 BRASÍLIA/DF





Público alvo

Ordenadores de despesas dos poderes legislativo, executivo e judiciário, Ministério público e tribunal de contas. Servidores envolvidos na gestão, planejamento, finanças públicas. Agentes públicos dos órgãos de controle. Advogados e Procuradores.



Conteúdo Programático



**1º dia: Governança
planejamento e
execução de
contratos
terceirizados**



PAULO ALVES / MANHÃ

Introdução à Gestão Financeira Pública

- Conceitos básicos de gestão financeira
- Importância da gestão financeira no setor público
- Principais objetivos da gestão financeira pública

Legislação Aplicada

- Constituição Federal e seus dispositivos relacionados à gestão financeira
- Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e suas implicações
- Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)
- Outros normativos relevantes (instruções normativas, decretos etc.)

Atuação do Controle Interno e Externo

- Funções do controle interno na gestão pública

- Papel dos órgãos de controle externo (TCU, CGU, etc.)
- Relatórios de auditoria e sua aplicação na gestão de despesas
- Exame prévio de contas

Planejamento Orçamentário

- Processo de elaboração do orçamento público
- Tipos de orçamento (programático, financeiro etc.)
- Relação entre planejamento estratégico e orçamentário
- Plano de Contratação Anual

O Papel da Governança

- Conceito de governança pública
- Princípios de governança: transparência, prestação de contas e participação
- Estrutura organizacional e sua relação com a governança financeira



ERIVAN PEREIRA - TARDE

Estimativa de Custos e de Preços na Terceirização

Foco na Instrução Normativa SEGES MP nº 5/2017

- Objetivos e diretrizes da norma
- Procedimentos de planejamento e execução de contratos de terceirização
- Pagamento associado a fato gerador
- Planilha de riscos
- Possibilidade de terceirização de auxílio ao fiscal
- Exemplos práticos e estudos de casos



2º dia:
**Fundamentos da
Gestão Pública e
Legislação**



GIOVANNI PACELLI - MANHÃ

O Ordenador de despesas na gestão da execução orçamentaria e financeira

- Principais atividades do ordenador de despesas neste segmento
- Etapa de planejamento e de execução
- Pagamento antecipado
- Despesas de exercícios anteriores
- Restos a pagar

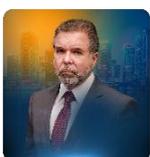
O Ordenador de despesas no planejamento, acompanhamento e avaliação do orçamento

- Integração dos instrumentos de planejamento

- Ciclo orçamentário
- Execução orçamentaria
- Modelos de avaliação da qualidade da qualidade do orçamento

O Ordenador de despesas na gestão contábil e patrimonial

- Principais elementos patrimoniais
- Procedimentos contábeis auxiliares
- Redução ao valor recuperável
- Inventário dos bens móveis
- Demonstrações contábeis e a conformidade contábil



JACOBY FERNANDES - TARDE

A função do Ordenador de despesas

- Princípios de controle financeiro público
- Responsabilidades dos ordenadores
- Requisitos
- Vedações
- Limites de tempo para a responsabilização
- Limites na delegação de competência
- Atos do subordinado e do superior hierárquico

Níveis de execução de despesas

- Ordenador principal da unidade federativa: coordenação e governança,
- Centro de governo
- Licitação centralizada por unidade federativa
- Plano de Contratação anual;
- Ordenador de despesas secundário ou setorial;
- Execução orçamentária sem o atendimento do art. 8º da LRF;
- limitação de empenho ou limitação de financeiro;
- imprevisibilidade contra um bom planejamento;

Apuração de responsabilidade

- Apurar responsabilidades pretéritas (caça às bruxas)
- Estabelecer critérios de relevância e materialidade;
- Tomada de Contas Especial – TCE – em caráter excepcional
- Procedimento de Apuração de Responsabilidade – PAR – arquivamento sumário
- Sindicância
- Improbidade Administrativa e comunicações obrigatórias
- Irregularidade sem dano
- Parecer jurídico

Defesa do ordenador de despesas – OD

- Garantia da defesa e do contraditório
- Direito de defesa nas instâncias administrativa, controladora e judicial
- Direito a defesa por Advogado
- Seguro D&O (RC Executivos) - seguro de responsabilidade civil profissional
-
- Cautelas recomendadas durante a execução da função de OD



3º dia Atuação do Ordenador de Despesas amparado em parecer jurídico!



LUANA CARVALHO - MANHÃ

Visão geral de responsabilidade

Importância da estimativa de custos em processos de terceirização;

- Responsabilização subsidiária e solidária da Administração em contratos de terceirização;
- Circunstâncias do inadimplemento – especialmente quando há indícios de falhas na formação de preços, em especial em contrato com regime de dedicação exclusiva;
- Quando o inadimplemento decorre do mau planejamento da contratação amparado em parecer jurídico: responsabilidade objetiva ou subjetiva do ordenador?;
- Estudos de casos concretos;
- Importância da estimativa de custos em processos de terceirização; Metodologias para estimativa de custos e formação de preços;

Jacoby Fernandes



Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Advogado e professor de direito administrativo. É consultor, escritor, conferencista e palestrante com renome nacional e internacional, além de fundador do escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Atuou em diversas funções públicas, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Juiz do Tribunal

Regional do Trabalho da 10ª Região e Administrador Postal da ECT. Também é Membro Benemérito do Instituto Amazonense do Direito Administrativo – IADA e do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS e consultor cadastrado no Banco Mundial.

Paulo Alves



Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Science in Legal Studies) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA. Extensões em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e

Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública em instituições públicas e privadas de ensino. Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, da Escola da Advocacia Geral da União – EAGU, da Escola Superior do Ministério Público e do Instituto Latino-americano de Governança e Compliance – IGCP. Membro da Rede Governança Brasil – RGB. Professor de Pós-graduação na Faculdade Amadeus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito. Coordenador do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil – RGB. Membro Fundador da Associação Latino-americana de Governança – ALAGOV. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil.

Giovanni Pacelli



Doutor e mestre em Ciências Contábeis pela UnB (programa Unb - Ufpb - Ufrn). Instrutor da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) em 2021, 2022 e 2023 na Certificação Avançada de Desenvolvimento de Líderes em Orçamento e Finanças Públicas. Agraciado em 2019 com três prêmios de Excelência pela Controladoria-Geral da União (avaliação pelos pares): prêmio nacional no valor Transparência; prêmio nacional no valor Imparcialidade; prêmio de agente destaque na unidade: regional Ceará. Fez parte da equipe agraciada em 2020 com dois prêmios pela

Controladoria-Geral da União: (i) Trabalho Destaque da SCC (Secretaria de Combate à Corrupção): o Controle no Combate à Corrupção; e (ii) Trabalho Destaque da OGU (Ouvidoria-Geral da União): Tratamento e Qualificação de Denúncias da COVID. Em 2022, sua unidade regional gerou R\$ 2,49 bilhões de benefícios financeiros: 1ª posição do ranking nacional. Liderou a Superintendência da Regional da CGU Ceará de dezembro de 2018 a fevereiro de 2023. Atualmente atua no monitoramento de programas de integridade em órgãos entidade federais.

Erivan Pereira de Franca



Advogado (OAB/DF 18.166). Servidor do Tribunal de Contas da União desde 1997, onde exerceu as funções de Diretor de Apoio à Fiscalização de Contratos do TCU em Brasília/DF e Chefe do Serviço de Apoio à Fiscalização de Contratos e do Serviço de Instrução de Repactuações e Sanções Contratuais, ambos do TCU em Brasília/DF. É coautor do livro “Terceirização: Legislação, Doutrina e Jurisprudência” (Belo Horizonte: Fórum, 2017), coordenado pelo Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. É coautor do livro “Licitações e contratos administrativos: legislação

aplicável” Salvador: Jam Jurídica, 2015).

Luana Carvalho

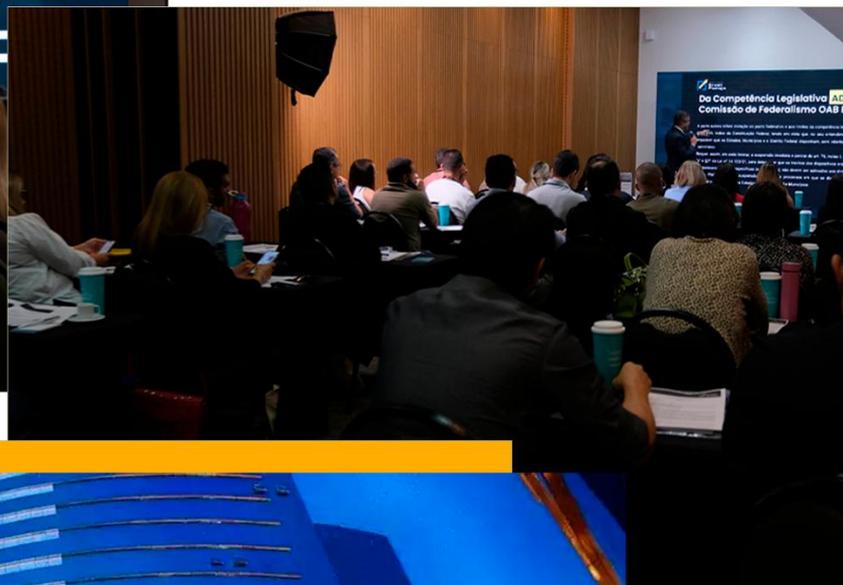


Docente do curso de pós-graduação: em Licitações e Contratos no IDP Brasília. Docente no curso de pós-graduação pelo Polis Civitas – PR. Docente no curso de MBA em Governança das Contratações pela Unyleya. Professora Universitária: Direito Penal, Comercial, Civil, Tributário e Administrativo.

Membro consultora da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/DF. Servidora Pública de carreira do Judiciário Federal: atuando como Subsecretária de Compras Licitações e Contratos, como Assessora Jurídica, como Assessora Socioambiental, como Assessora Técnica da

Secretaria de Administração, como Auditora Interna na área de Licitações e Contratos e na Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência – TNU. Realizou inspeções pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Instrutora: ministrando cursos na área de Licitações e Contratos para toda a administração pública, em especial para os órgãos superiores, pelo Centro de Estudos Judiciários – CEJ/JF, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM – Educa ENFAM), pelo CEAJUD/CNJ, pelas Escolas Judiciais da Justiça do Trabalho, pela Escola de Contas do TCE-PE, pela Escola de Gestão de Contas vinculada ao TCMSP, dentre outros. Membro do Núcleo Técnico da Companhia Brasileira de Governança – CBG. Foi membro do Comitê Gestor da Política de Governança das contratações do Judiciário– CNJ. Membro do então Comitê Técnico de Controle Interno do Judiciário. Fundadora e Coordenadora Científica e idealizadora do Simpósio sobre licitações e contratos da Justiça Federal: com a publicação de enunciados que servem como base doutrinária para apoiar as atividades desenvolvidas por servidores envolvidos no macroprocesso de contratações. Fundadora e coordenadora científica do Congresso Sistêmico do Poder Judiciário - ConSisJud, evento voltado aos servidores do Poder Judiciário. Fundadora e coordenadora científica das Conferências Nacionais em Estudos de Casos: voltadas a estudar e transferir conhecimento de acórdãos dos Tribunais de Contas do país. Fundadora do projeto “de bombeiro a pregoeiro” (Governança). Fundadora do projeto Day-DY(namics): que impulsiona a retenção de talentos nas áreas administrativas dos órgãos da administração pública, com análise de perfil comportamental e habilidades. Consultora técnica em licitações, contratos e conta-depósito vinculada. Auditora: por 08 anos (iniciativa privada). Graduação: Direito. Pós-Graduação: Direito Público-Tributário. MBA: Gestão Pública. Mestrando em Estudos Jurídicos com ênfase em Direito Internacional pela Must University – Flórida – EUA.

Local do Evento



Edifício Fusion Work & Live

SHN Q.1 Fusion Work & Live - Asa
Norte, Brasília - DF, 70701-040

ALGUNS ÓRGÃOS E EMPRESAS QUE CONFIAM EM NOSSA METODOLOGIA.



(61) 9 9455-4004



EDIFÍCIO FUSION WORK LIFE -
SHN Q 01, Bloco D, Sala 406 - Asa Norte, Brasília - DF
CEP: 70701-040



contato@brasilplaneja.com.br